

RECORTES DE IMPRENSA

ENSINO SUPERIOR/ENSINO PARTICULAR/PARTIDO POLITICOConsidera a JC

«ENSINO PRIVADO ESTÁ A PROLIFERAR»

A Direcção Central de Ensino Superior (DCES) da Juventude Comunista Portuguesa (JC) entende que «o Governo mantém uma política educativa superior gravemente lesiva dos interesses dos estudantes e do País». O dirigente da JC Rui Martins afirmou que dois dos aspectos da fundo da política educativa do Governo são «a elitização do Ensino Superior e a proliferação do Ensino privado».

Outros aspectos são «a insuficiência de verbas para o sector consignadas no Orçamento Geral de Estado; os níveis ridículos das bolsas atribuídas a estudantes e dos subsídios destinados a serviços so-

dais das universidades; o aumento das propinas; a arbitrariedade na repesão, designadamente a alunos dos institutos superiores de contabilidade e administração (lecas's) e de engenharia (lees); e as

medidas administrativas limitativas do associativismo estudantil. A propósito, a DCES rejeita qualquer legislação que permita a instauração de mecanismos repressivos para os estudantes, como é a da chamada «disciplina académica».

«A intensa campanha demagógica conduzida pelo Governo Cavaco Silva, e muito particularmente pelo ministro da Educação, é cada vez mais confrontada com os muitos e profundos problemas com que se debatem os estudantes do Ensino Superior» - considera a DCES.

Exemplificando, a Direcção da JC acrescenta que «apesar de sucessivas declarações no sentido de que o Ensino Superior privado não iria crescer até à aprovação do estatuto do Ensino Superior particular e cooperativo, foram criadas uma escola privada de Medicina Dentária e o denominado Instituto Politécnico Internacional».

Por outro lado - continua a exemplificar a JC - «está cada vez maior a insuficiência de verbas do Ensino Superior, nomeadamente patente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde estão comprometidas a reestruturação dos cursos e a contratação de docentes».

Escolas agrárias sem acesso a estudos especializados

Diz ainda a JC que continua por resolver a situação dos lecas's, dos lees e dos institutos superiores de serviço social. Isso além das escolas superiores agrárias continuarem a ver negado o acesso ao diploma de estudos superiores especializados previsto na lei de bases do sistema educativo.

O organismo da JC - que acaba de eleger os seus executivo e secretariado - apela, por fim, a todos os estudantes para que «com grande unidade e firmeza desenvolvam acções para a resolução dos seus problemas».

Estas posições da DCES foram apresentadas em Lisboa, em conferência de imprensa.



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA

Política educativa

MAI 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31